

AOS ORADORES D'ESTADO: TOBIAS BARRETO E A CRÍTICA À ELOQUÊNCIA PARLAMENTAR*

Raphael Silva Fagundes**



Resumo: este artigo aborda um aspecto da crítica política de Tobias Barreto: a crítica à retórica. O filósofo, poeta, jurista e polemista que provocou um grande impacto na cultura letrada dos finais do século XIX ficou conhecido como um dos líderes da Escola do Recife, um dos epicentros do “bando de ideias novas” que agitou o Império em suas últimas décadas. Tendo a retórica como chave de leitura e abordando seus textos de conteúdo polêmico e inflamado, através do conceito de estética receptiva, isto é, visando a expectativa do autor acerca da recepção de sua fala nas ações e no comportamento dos receptores, partiremos da hipótese de que Barreto se aproveitou de uma crítica comum de sua época, de uma ojeriza à retórica clássica desenvolvida pelo bando de novas ideias, para criar um corpo de provas capazes de depreciar a política imperial.

Palavras-chave: Tobias Barreto. Retórica. História política.

TO THE STATE SPEAKERS: TOBIAS BARRETO AND THE CRITICISM
OF PARLAMENTARY ELOQUENCE

Abstract: *the present article analyzes one aspect of the political criticism of Tobias Barreto: The Critique of Rhetoric. The philosopher, poet, jurist and polemicist that caused a huge impact in the literate culture by the end of the XIX century was known as one of the leaders of the Recife School (Escola do Recife), one of the epicenters of the “bunch of new ideas” that shook the Empire during its last decades. Having rhetoric as the key to reading and approaching his texts with controversial and inflamed content, through the concept of receptive aesthetics, ie, aiming at the author’s expectation about the reception of his speech in the actions and behavior of the receptors, we will start from the hypothesis that Barreto took advantage of a common criticism of his time, of an hate to classical rhetoric developed by the band of new ideas, to create a body of evidence capable of depreciating imperial politics.*

Keywords: Tobias Barreto. Rhetoric. Political history.

* Recebido em: 02.10.2018. Aprovado em: 10.04.2019.

** Doutorando em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: raphaelsfagundes@yahoo.com.br



A firma-se da coisa o que já se encontra no modo de sua exposição”, disse Wittgenstein (2009, p. 69). Podemos entender, a partir dessa premissa, o motivo pelo qual os historiadores, com anseio de cair no anacronismo, recusam-se a denominar algo com um nome adverso daquele que era designado na época em que foi concebido. Para Wittgenstein (2009) descrever é contextualizar, de modo que, se dermos o nome a um objeto diferente do modo de como ele era denominado em seu tempo, teremos, portanto, uma enorme dificuldade de contextualizá-lo.

Contudo, Tobias Barreto parece ser um exemplo clássico da existência de algo que precede uma nomeação, embora vivesse no momento em que o conceito que pudesse defini-lo estivesse em gestação. Antes da palavra “intelectual” se tornar um adjetivo, isto é, quando era um mero substantivo, Barreto já agia como se merecesse tal alcunha. Mas não é porque a palavra usada para o indivíduo que age “sobre as mentes pela produção e transmissão de ideias, de símbolos, de visões do mundo, de ensinamentos práticos, mediante o uso da palavra” (BOBBIO, 1997, p. 11) não existia, que esta criatura já não se encontrava ali, atuando e influenciando seu espaço.

Noberto Bobbio auxilia-nos sobre o que estamos querendo dizer: “Hoje, chama-se intelectuais aqueles que em outros tempos foram chamados de sábios, doutos, *philosophes*, literatos, *gens de lettre*, ou mais simplesmente escritores, e, nas sociedades dominadas por um forte poder religioso, sacerdotes, clérigos” (BOBBIO, 1997, p. 11). Ou seja, aqueles que produzem ideias e promovem a circulação das mesmas, sempre tiveram presença marcante em diversas sociedades e épocas.

Mas, sem dúvida, a partir do caso Dreyfus, em 1898, a noção de um indivíduo letrado defensor das causas civis foi com maior intensidade definida. E a figura do intelectual ficou determinada principalmente por seu engajamento (SIRINELLI, 2003). No entanto, a ação do intelectual sempre esteve ligada às palavras, o que torna comum o fato deste grupo apresentar uma forte reflexão e crítica à retórica, às estratégias persuasivas usadas para a difusão e circulação de ideias. Gramsci dizia que “o modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas num imiscuir-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador, ‘persuador permanente’, já que não apenas orador puro” (GRAMSCI, 1968, p. 08).

A observação de Gramsci é interessante por demonstrar que não se trata de uma crítica à retórica, mas ao palavrório. Aristóteles entende a retórica como uma técnica de se encontrar as provas adequadas para se chegar à persuasão. Por mais que o orador romano Fábio Quintiliano, mais tarde, considere-a como a “arte do bem dizer”, afirmando que “a argumentação por outra parte é de sua natureza suspeita, e por isso necessita de ornatos, que a disfarçam” (QUINTILIANO, 1788, p. 332), a retórica continuou sendo uma técnica. Para Cícero, que viveu nos últimos anos da República Romana, os eloquentes foram fundamentais para “civilizar” os selvagens que se embrenhavam nas matas, mais importante, inclusive, que os sábios: “pois quem te poderia conceder que o gênero humano, de início espalhado por montes e florestas, encerrou-se em cidadelas e muralhas, não impelindo pelos conselhos dos sábios, mas, antes, seduzido pelo discurso dos eloquentes” (CÍCERO, 2009, p. 153).

Embora nessa passagem Cícero pareça separar os sábios dos eloquentes, o orador e político romano entendia que “a eloquência depende das realizações dos homens instruídos”, porque o bom orador deve “adquirir o conhecimento de inúmeros assuntos, sem o qual o fluxo de palavras é vazio e ridículo”. O bom orador irá, deste modo, apoiar-se no maior número de pesquisas e estudos desenvolvidos em seu tempo, além de equilibrar esse aspecto erudito com o “costume da opinião geral” (CÍCERO, 2009, p. 150).

As transformações mentais provocadas na cultura ocidental a partir da Idade Média iriam influenciar diretamente na estrutura da fala. Os ensinamentos de Aristóteles que afirmavam que é “pelo discurso que persuadimos, sempre que demonstramos a verdade ou o que parece ser a verdade, de acordo com o que, sobre cada assunto, é suscetível de persuadir” (ARISTÓTELES, s/d, p. 35), chegaram ao medievo e se adaptaram à concepção cristã do mundo. Portanto, a partir do momento em que a argumentação se apoiava no que se concebia como verdadeiro, a Bíblia, entendida como a fonte da verdade, prova incontestável de tudo, passou a ser a base de qualquer argumento, o lugar comum de onde se extraía as provas para a persuasão. Daí surgiu o casamento entre a oratória clássica e a prédica cristã medieval.



Santo Agostinho foi quem apreendeu a importância da retórica para a atividade predica. Jesus falava através de fábulas, por exemplo, porque em seu tempo, era a forma mais usual e popular de disseminar uma ideia. E, por sua vez, uma das questões que pode ser encontrada na *Arte Retórica* de Aristóteles, é o agir do orador em função do seu auditório. Isto é, como explicou a professora Maria do Amparo Maleval, “na Bíblia se encontram exemplos de pregadores, teorizações sobre a pregação e também técnicas retóricas diversas, sendo abundantes as figuras e/ou tropos reconhecidos desde os primeiros séculos cristãos e no medievo por autores como Santo Ambrósio, Santo Agostinho...” (MALEVAL, 2010, p. 100).

Textos como os de Gregório Magno, o *Cura pastoralis*, e a *Etymologiarum* de Santo Isidoro de Sevilha, foram fundamentais para instruir oradores nas artes retóricas, fundindo a tradição judaico-cristã à oratória clássica. Dessa fusão, surgiram as *artes praedicandi* que serviram de base para uma pluralidade de sermões que visavam ensinar a moral católica. Exemplos eram extraídos ao mesmo tempo dos profetas bíblicos e dos tratadistas clássicos como Aristóteles, Cícero e Quintiliano, construindo, enfim, fórmulas para serem usadas nos sermões pregados nas mais diversas circunstâncias (MALEVAL, 2010).

Após alguns séculos de adormecimento, novas observações sobre a retórica foram realizadas, principalmente para a compreensão da propaganda política. Chaim Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, em clássico estudo, definem a retórica como sendo um tratado de argumentação entre o orador e o auditório que pretende “*provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento*” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2007, p. 04). São palavras construídas harmoniosamente que atendem as aspirações dos ouvintes adaptando-as ao interesse do falante. Oliver Reboul (2004) destaca que o que determina a retórica é o poder de fazer crer. As pessoas devem ser persuadidas porque acreditam, não porque são ameaçadas ou pagas para isso. Michel Meyer, por seu turno, sugere uma definição geral de retórica bastante curiosa: “*a retórica é a negociação da distância entre os homens a propósito de uma questão, de um problema*” (MEYER, 2007, p. 27). De acordo com o autor, portanto, a retórica trabalharia uma linguagem adequada que almeja opor ou reunir os homens.

É preciso ressaltar que a retórica é também uma prática social. Como mostra Roland Barthes, “a Retórica é essa técnica privilegiada (pois que é preciso pagar para adquiri-la) que permite às classes dirigentes garantir para si a *propriedade da palavra*” (BARTHES, 2001, p. 06). A retórica abriga-se em determinadas classes – a daqueles que têm acesso ao rico léxico de uma cultura. Portanto, ela é poder porque pertence a um determinado grupo que dela faz uso para alcançar seus objetivos.

Christian Plantin (2008) sustenta que a argumentação foi pensada desde Aristóteles até os finais do século XIX em um mesmo formato, vinculada à lógica, ao pensar corretamente, em um sistema de exibição de fatos que desembocariam em um raciocínio indutivo. Corroborando esta questão, Tzevtan Todorov, argumenta que a retórica foi o primeiro sinal de consciência humana sobre a linguagem. No entanto, sua história teve várias ascensões e quedas durante os séculos, “para soçobrar imperceptivelmente mais, segundo parece, definitivamente durante o século XIX”. Para Todorov, neste mesmo século, os linguistas e filólogos, que queriam fundar uma nova ciência da linguagem, foram obrigados a se debruçar sobre problemas e discussões levantados pelos retóricos, concluindo-se que “a descrição retórica continua ainda a ser atualmente a única que temos de diversos aspectos essenciais da linguagem” (TODOROV, 1973, p. 96).

Contudo, no Brasil, a retórica foi alvo de grande adversidade nos finais do século XIX. Ela representava tudo que era ultrapassado, tradicional. Isso porque as classes dominantes que dirigiam o Império aproveitaram-se de uma estética receptiva herdada do ensino jesuítico. O modelo retórico-poético continuava sendo fundamental para a circulação de ideias. Antônio Cândido irá destacar que durante o século XIX houve uma contradição entre o estilo de liberdade e rebeldia do Romantismo e os padrões gramaticais e referenciais da retórica. E é enfático ao destacar que “a retórica e a poética permaneceram intactas pelo século a fora, e até quase os nossos dias” (CANDIDO, 2007, p. 659). Segundo o autor, foi como orador e jornalista que o literato do século XIX definiu sua posição: “A oratória, até aí quase só religiosa e vagamente acadêmica, encontra o seu primeiro momento laico e político” (CANDIDO, 2007, p. 255).



A tese de livre docência de Roberto Acízelo de Souza publicada em 1999, intitulada *O Império da Eloquência*, mostra-nos a retórica a bordo da literatura do século XIX, além de evidenciar que o ensino da mesma era basilar para construir uma impecável eloquência entre os homens de letras do Império. Talvez seja o trabalho que mais observa aspectos retóricos na construção da identidade nacional. Destaca manuais de retórica do Império e tem como tese central a frustração de uma intelectualidade que queria fundar com a nação um novo gênero literário importado da modernidade europeia: o romantismo. Segundo Souza, foi uma frustração porque a circulação de ideias ainda se apoiava no estilo retórico-poético herdado do ensino jesuítico colonial. “Está longe de ser natural e necessariamente proveitoso o hasteamento da bandeira da nação no território literário” (SOUZA, 1999, p. 29).

Um texto importante que sugere uma nova abordagem para a pesquisa histórica é o de José Murilo de Carvalho, publicado na revista *Topoi* em 2000, que apresenta a retórica como uma nova “chave de leitura” para analisar a história intelectual e política do Brasil. Carvalho mostra aspectos do ensino, da eloquência nos debates no Conselho de Estado Imperial, o caráter ornamental e estilístico da retórica oitocentista, a guerra retórica que havia nos jornais ao agredir moralmente os adversários, e ainda resalta um importante aspecto retórico da intelectualidade brasileira já comentado por muitos observadores: o recurso a autoridades estrangeiras para a legitimação de um argumento (CARVALHO, 2000). A retórica então seria um novo prisma para compreender a história intelectual.

Assim, Carvalho abre um caminho para os historiadores. Marcello Basile compartilha desta abordagem ao perscrutar a imprensa do período regencial. Segundo o autor, os jornais eram “veículos retóricos por excelência” usados para a disseminação das ideias que cada grupo buscava defender com vigor e veemência (BASILE, 2004). O uso da retórica era trivial para a propagação de ideias, indispensável para a eficácia do discurso e para a adesão de novos espíritos a uma determinada causa.

Temístocles Cezar, ao analisar o discurso de Januário da Cunha Barbosa no ato de fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, observa a dimensão persuasiva presente em tal ato de fala. “*O Império da eloquência*”, segue Cezar, “foi constituído no Brasil, não somente pelos manuais escolares e pelos debates entre os políticos, mas também por discursos como o de Barbosa”. Segundo Cezar a “eloquência, é uma arma, é um meio de intervenção decisivo tanto na vida política do Império brasileiro, como na construção de uma noção de história no IHGB”. A retórica da história é útil, “acima de qualquer outra coisa, à nação” (CÉZAR, 2004, p. 27). Até então, era do reduto oitocentista que emanavam as principais interpretações da história pátria, consubstanciadas por uma *retórica da nacionalidade* que buscava tanto conter e resistir à possível dispersão de um discurso, que se pretendia unívoco, quanto procurava, por meio de seus associados, constituir-se como campo de saber, voltado para explicar a existência de uma nação ao longo do tempo formada por “brasileiros” (CÉZAR, 2006, p. 29).

Mas essa estrutura começa a sofrer impactos com a chegada do “bando de novas ideias” que adentra o Império do Brasil. E “Tobias Barreto, o sergipano em torno do qual iria se aglutinar a chamada Escola do Recife e cuja influência marcaria a obra de intelectuais de relevo com Sílvio Romero, Clóvis Bevilacqua, Arthur Orlando, Araripe Júnior, Capistrano de Abreu e Graça Aranha” (SEVCENKO, 2003, p. 97), seria fundamental nessa nova empreitada intelectual que contribuiu para a corrosão de uma elite cultural que se pautava na retórica tradicional, herdada de tempos coloniais.

É a crítica política de Tobias Barreto de Menezes coletada na obra póstuma *Vários Estudos*, dirigida por Sílvio Romero, que iremos analisar aqui. Neste livro são reunidos “*Discursos e principalmente Polêmicas*” de temas diversos como religião, filosofia, literatura, direito, política e arte. Contudo, nossa observação se limitará à crítica feita pelo sergipano à retórica empregada na atividade política. Abordando tais textos, de conteúdo polêmico e inflamado, dentro da estética receptiva, isto é, levando em conta a intencionalidade e a expectativa do autor do “efeito da sua recepção nas ações e no comportamento dos receptores” (GUMBRECHT, 2003, p. 19), partiremos da hipótese de que Barreto se aproveitou de uma crítica comum de sua época, de uma ojeriza à retórica clássica desenvolvida pelo bando de novas ideias para criar um corpo de provas capazes de depreciar a política imperial.

Para Perelman e Olbrechts-tyteca, uma teoria da argumentação exige uma revisão da ideia de evidência. Os autores belgas buscam distanciar-se da concepção pascaliana que encara a prova como redução à evidência e preferem se aproximar de Leibniz concluindo que “a teoria da argumentação não



se pode desenvolver se toda prova é concebida como redução à evidência” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2007, p. 04). Ou seja, na “falta de evidência”, o orador persuade pelo provável, podendo se valer das “provas fornecidas pelo discurso” (ARISTÓTELES, s/d., p. 34). E foi Hans Blumenberg que disse que “é retórica tudo que está além da evidência” (BLUMENBERG, 2018, p. 284). Tobias Barreto, sabendo que não havia evidências de uma possível queda da monarquia, pois a evidência de fato só ocorreria em 1889, buscou provas úteis que pudessem construir a imagem de um ocaso do sistema. E a prova consistiria, dentre outros aspectos, na crítica à velha retórica praticada por políticos entendida como moralmente vil, já que a falação, de acordo com Sérgio Buarque de Holanda, tinha o intuito de enganar o povo inebriado pelo tradicional “amor à frase sonora, ao verbo espontâneo e abundante, à erudição ostentosa, à expressão rara” (HOLANDA, 2005, p. 83).

Barreto gostava de explorar as riquezas da retórica, de modo que atraiu um grande público, que, de acordo com Graça Aranha, apreciava o seu “prodigioso dom de fantasiar” (COSTA, 1997, p. 339). Portanto, usou de retórica para criticar a retórica praticada habitualmente. A curiosa revolta contra a retórica como a que Blumenberg identificou em Thomas Hobbes, revelando “que a anti-retórica, nos tempos modernos, tornou-se um dos mais importantes meios artísticos retóricos que se vale da dureza do realismo”, pois sempre que um discurso pretende fazer com que as pessoas comecem “a pensar e agir é retórico” (BLUMENBERG, 2018, p. 301-302). A estética literária e a maneira tradicional pela qual as ideias circulavam, isto é, por meio de uma estrutura retórico-poética herdada de tempos coloniais, foi alvo da crítica de muitos que queriam reformar a cultura letrada da época e, no bojo dessa crítica, buscou-se relacionar essa estética ultrapassada ao Império, provando assim que os dois seriam engolidos pelo furacão trazido pelas novas ideias que, por sua vez, contribuiriam para inaugurar uma nova era.

UM CRÍTICO À “FACULDADE DE FALAR TOLICES”

Para compreendermos o posicionamento de Barreto referente ao *status quo* político, precisamos entrar em contato com a sua trajetória. Mulato e pobre, nasceu em 7 de junho de 1839 em Vila de Campos onde cursou as primeiras letras. Por faltar-lhe condições financeiras ingressou na Faculdade de Direito do Recife apenas em 1862. Ele jamais fora aceito pela elite pernambucana. Aliás, segundo Roberto Ventura (1991), o grupo que formaria a Escola do Recife, da qual Barreto era considerado mestre, foi alvo de preconceito, no início de sua carreira, por se aproximar das ideias positivistas. Sendo assim, o nosso sergipano foi preterido em dois concursos para o magistério realizados no Recife nos anos de 1864 e 1867, apesar de classificado em primeiro lugar. O mesmo aconteceu com Silvano Romero, Arthur Orlando e outros.

Iniciou sua carreira nas letras como poeta, onde, até então, compartilhava das ideias do comtismo que influenciou de forma contumaz a sua geração. Contudo, a partir de 1875, momento em que já era dono de uma pequena tipografia em Escada, onde editava seus jornais em português e - para um público que se resumia praticamente a ele - em alemão, lançou-se contra a difusão do positivismo porque quis resgatar a metafísica, perspectiva filosófica rejeitada mais tarde pelo próprio Romero, seu discípulo.

A filosofia eclética que guiava o Império e a Conciliação passou a ser criticada com maior afinco após o afastamento do gabinete de Zacarias em 1868. Portanto, o ecletismo espiritualista, de acordo com Antonio Paim (1974), entrava em crise no período de Tobias, porque a monarquia, como um todo, passara a ser criticada.

O mesmo irá acontecer na literatura quando esta é usada, por exemplo, por José de Alencar, em *O tronco do ipê*, para criticar as questões pertinentes à sua época, como a Lei do Ventre Livre que proporcionava o fim “de uma nação sustentada no respeito ao passado e à tradição”. O literato conservador apoiou-se em uma estética em declínio, que representava o romantismo do apogeu do Império. Era hora de a literatura abordar assuntos políticos e sociais, mas para tal era necessário também abandonar a velha forma. Deste modo, Machado de Assis e outros buscaram “um novo meio de representar literariamente uma sociedade em transformação” (PEREIRA, 2009, p. 286).



Esse aspecto influenciará na estrutura retórica pela qual se deveria falar sobre a nação. Se objetivo era se desvincular do discurso dominante, tradicional, Barreto buscou, portanto, falar a partir de outros lugares, de outras instituições, alterando radicalmente a pessoa que fala e que julga. Os novos juízes pretendem julgar os velhos, mas para tal mudam os argumentos que irão compor os seus julgamentos. O significado que uma pessoa adquire na argumentação é construído pelas manifestações que ela realiza no mundo social. No processo argumentativo, a pessoa é classificada por meio da relação que estabelece com os seus atos. “A reação do ato sobre o agente é capaz de modificar constantemente a nossa concepção da pessoa”, explicam Perelman e Obrechts-Tyteca. De modo que “a pessoa coincidiria então com o conjunto estruturado de seus atos comuns”. Compreendemos como ato aquilo que é emanado pelo indivíduo, sejam ações, modos de expressão, reações emotivas e juízos, estes últimos, por sua vez, são essenciais para o nosso propósito, pois deles é possível entrar em contato com a posição do autor, o que nos permite considerar a premissa de que “o juízo permite julgar o juiz” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2007, p. 337-339).

A argumentação baseia-se em elementos capturados na estrutura do real, o que nos remete a pensar sobre o reparo feito por Pierre Bourdieu a John Austin. O sociólogo francês critica este último afirmando que o filósofo da linguagem procura a eficácia da linguagem dentro do próprio discurso, ou seja, em termos linguísticos. Para Bourdieu, a pujança do discurso não está apenas nas diferentes formas de argumentação, de retórica e de estilística, apesar da grande importância desses elementos, mas também “nas propriedades daquele que o pronuncia e nas propriedades da instituição que o autoriza a pronunciá-lo” (BOURDIEU, 2008, p. 89).

Foi exatamente nos anos de 1870 que Barreto assumiu uma postura política ligada ao liberalismo, filiando-se ao Partido Liberal, o que permitiu com que julgasse o discurso político a partir de um ponto de vista que adquiriria uma grande receptividade. Passa a criticar acidamente o Partido Conservador e a defender tanto o Abolicionismo quanto a República (JESUS, 2013). Contudo, embora a Lei do Ventre Livre de 1871 fosse de encontro ao programa do Partido Liberal, os liberais – com exceção de Nabuco de Araújo – colocaram-se contra a proposta (SALLES, 2009). Barreto, oito anos depois, destacava sua posição contrária à lei, afirmando que ela era inútil, pois era necessária

a abolição de todas as instituições caducas, que são outras tantas afrontas à dignidade do homem; desejo a extinção de todas as excrescências, de todos os órgãos rudimentares e deturpantes da sociedade humana. Neste caso está sem dúvida a escravidão. Porém entendamo-nos: neste caso está também a monarquia (BARRETO, 1900, p. 246).

O ano era 1879 quando Joaquim Nabuco iria dizer, em suas memórias, que a apatia em relação ao trabalho servil estava “a ser modificada”, pois nasceria uma oposição mais contundente e definitiva. Vinha à tona o movimento abolicionista que se estenderia até 1888. Barreto era, sem dúvida, um entusiasta da abolição, mas via um pouco de hipocrisia em tudo aquilo. Portanto, nesse mesmo artigo para o seu jornal, *Contra a Hipocrisia*, de 5 de outubro de 1879 intitulado “O grande dia”, destaca que aquela lei insignificante era apenas resultado do palavrório impregnado na nossa vida política:

A lei de 28 de setembro, sendo produto unicamente da vaidade imperial, auxiliada pela subserviência de um pequeno *orador d’Estado* ou *ministro de falar*, não pode jamais tomar proporções de um acontecimento histórico, que interrompa o curso anedótico da nossa vida política (BARRETO, 1900, p. 246).

Além de criticar diversos aspectos da política, Barreto também descarregou suas críticas contra a eloquência praticada pelos políticos de sua época. Não que fosse contrário à oratória, o que pretendia era posicionar-se contrário ao tipo de oratória vazia, incapaz de desencadear um efeito prático.

Questiona: “Há entre nós uma verdadeira eloquência parlamentar?”, destacando o tipo de retórica praticada no Brasil por meio de seu estilo polêmico:

Não contesto que este ou aquele se tenha muitas vezes mostrado possuidor de uma notável *faculdade de falar*, que não é em tudo uma *faculdade de falar tolices*, como geralmente se observa.



Mas isto é pouco, e não pode satisfazer as exigências de qualquer gênero de eloquência, e muito menos da eloquência parlamentar (BARRETO, 1900, p. 238).

Para fortalecer seu argumento buscava apoio, não – como costumeiramente se fazia – entre os eruditos franceses, mas no republicanismo norte-americano:

Fora de uma batalha, diz Emerson, eu não conheço *acontecimento histórico*, a que em geral se ligue mais interesse, do que a uma vitória da eloquência, e o sábio a considera melhor do que uma batalha mesma, porque como triunfo obtido pela força espiritual, é de uma significação maravilhosa (BARRETO, 1900, p. 238).

A partir da citação de Emerson, Barreto conclui: “*um acontecimento histórico*. O discurso deve ser isso; ou então reduz-se a nada”. Para Michel Foucault, o acontecimento do discurso é seu efeito material; a violência que causa nas coisas. “Os discursos devem ser tratados, antes, como conjuntos de acontecimentos discursivos” (FOUCAULT, 1996, p. 57). Mas é evidente que Barreto não pensava como Foucault, já que a perspectiva do sergipano jamais adotaria o aspecto descontínuo do discurso, evidentemente porque sua influência historicista o impediria de ter esse tipo de concepção. Contudo, esse ponto de vista serviu para criticar a oratória tradicional que estava em voga.

Trata-se de uma proposta de mudança na inspiração das bases da eloquência que não deveriam mais ser aquelas herdadas do barroco. Criticar a elite política através da própria tradição, isto é, “recorrendo a mesma retórica clássica, aos mesmos exemplos”, alicerçados “na citação de sumidades européias, em geral homens de partido que tinham também escrito ensaios de política e livros de literatura, como [...] Chateaubriand, Victor Cousin e Guizot” (ALONSO, 2009, p. 96), não seria mais suficiente, portanto, foi necessário buscar outras fontes. A introdução de uma nova linguagem política também exige uma nova base retórica, novos topos e novas maneiras de apresentar o discurso.

Para Barreto, o atraso de nossa vida política estava no modo tradicional que apreciávamos o “fazer político”: “Este modo de apreciar falsamente os momentâneos sucessos da tribuna brasileira, é ainda uma das formas da *mania*, que não nos deixa, de enxergar sem critério as proposições nacionais” (BARRETO, 1900, p. 238). Essa oratória cheia de engodos impedia, segundo Barreto, o brasileiro daquela época de enxergar o que de fato era útil para o Brasil. Portanto, o nosso erudito agia como um juiz, acusando a nossa política de se aproveitar da ingenuidade costumeira.

De fato, a oratória era tida como um espetáculo público no Brasil oitocentista. Silvio Romero dizia que:

as peças oratórias eram escritas para ser recitadas, mas eram-no com verdadeiro entusiasmo. O povo, que nada lia, era ávido por ouvir os oradores mais famosos (...). Não havia divertimento público como hoje; o teatro era nulo; as festas de igreja eram concorridíssimas (ROMERO, 1953-4, p. 541-542).

Machado de Assis demonstrou a importância de Nabuco nesse processo:

Nabuco e alguns outros dos principais da casa gozavam do privilégio de atrair grande auditório, quando se sabia que eles rompiam um debate ou respondiam a um discurso. Nessas ocasiões, muito excepcionalmente, eram admitidos ouvintes no próprio salão do Senado, como aliás era comum na Câmara temporária (ASSIS, 1962, p. 638).

A principal questão para Barreto era o fato de que se a oratória não causava efeito algum, é porque ela não podia ser uma boa oratória, mais que isso, era falsa. Os ensinamentos da retórica mostram que a eloquência não deve ser um mero palavreiro, mas o acúmulo de provas úteis para persuadir os ouvintes. E persuadir é levar o ouvinte a crer naquilo que o orador acabou de explicar, de modo que, a partir daí, aja em prol daquela crença, sem ser jamais ameaçado ou pago para tal. Mas isso não ocorria no Brasil, principalmente quando se trata da oposição ao governo:

Eles falam a esbofar-se contra esta ou aquela medida governamental; mas quando acabam, o chefe da maioria, como quem quer aproveitar-se da impressão recebida, propõe logo a votação; e *esta é*



*sempre favorável ao governo; o que aliás não impede que o notável palrador seja *comprimentado e abraçado por seus colegas!*... É o extremo do ridículo! (BARRETO, 1900, p. 240)*

Ou seja, sem que aja um efeito prático, de modo que as pessoas ou, no caso, os parlamentares fossem impedidos a agir por serem convencidos pela estrutura do argumento, o discurso jamais se tornaria um acontecimento, seria apenas falação, portanto, “poder-se-á sustentar que temos realmente uma eloquência parlamentar?”

“UM ORADOR É UM ORADOR, COMO UM PALHAÇO É UM PALHAÇO”

A crítica à retórica clássica era muito comum na literatura do tempo de Tobias. Machado de Assis ironizava a retórica política em *O Alienista*, sendo um dos internados no hospício de Itaguaí: “um rapaz bronco e vilão, que todos os dias, depois do almoço, fazia regularmente um discurso acadêmico, ornado de tropos, de antíteses, de apóstrofes, com seus recamos de grego e latim, e suas borlas de Cícero, Apuleio e Tertuliano” (ASSIS, 2008, p. 10).

Para Silvio Romero, grande crítico da época, o período da literatura brasileira que se estende de 1850 a 1870 pode ser encarado como intermediário, “com veleidades retóricas de estafado classicismo”. Por seu turno, José Veríssimo defenderia que a literatura de seu tempo estava começando a adotar “um critério mais largo que as regras da retórica clássica” (*apud* SOUZA, 1999, p. 26).

Roberto Acízelo de Souza destaca uma passagem da obra de Aluísio de Azevedo escrita em 1881, que mencionava “o caráter involuntariamente cômico da oratória, a prática social fundamentada no aprendizado retórico”:

Limpou a superfície dos lábios com o guardanapo dobrado, que pousou depois vagarosamente sobre a mesa; passou a enorme unha do seu dedo mínimo no desfibrado bigode, e, fitando uma compoteira de doce de pacovas — erguida a mão direita, na atitude de quem mostra uma pitada — declamou com ênfase:

— Meus ilustres senhores e respeitabilíssimas senhoras!

Houve uma pausa.

— Não poderíamos, pela ventura, terminar satisfatoriamente esta, tão pequena quão antiga e tradicional festa de família, sem brindarmos uma pessoa respeitável e digna de toda a consideração e... respeito! Por isso... eu! Eu, senhores, o mais insignificante, mais insuficiente de todos nós!...

— Não apoiado! Não apoiado!

— Apoiado! Dizia o Cordeiro com os olhos vidrados.

— Sim — eu, cuja voz não foi bafejada pelo dom sagrado da eloquência! Eu, que não possuo a palavra divina dos Cíceros, dos Demóstenes, dos Mirabeau, dos José Estevão, et cetera, et cetera! eu, meus senhores! Vou brindar... A quem?!

E desenrolou um repertório interminável de fórmulas misteriosas apropriadas à situação, exclamando no fim, cheio de sibilos:

— Inútil dizer o nome!...

Todos perguntavam entre si com quem seria o brinde. Houve teimas; fizeram-se apostas.

— Mais do que inútil é dizer o nome, prosseguiu o discursador, saboreando o efeito da sua impenetrável alusão, mais do que inútil é dizer o nome! Porquanto já sabeis de sobra que falo com referência a excelentíssima Sr^a a Dona... (nova pausa) Maria Bárbara Mendonça de Melo!...

Fez-se uma balbúrdia de exclamações (AZEVEDO, 1992, p. 123-124).

Em o “Ateneu”, de Raul Pompeia, posturas positivas e negativas sobre a oratória alternam-se nos personagens do romance. No entanto, a retórica é vista em certa situação como um discurso vazio:

com todos os requisitos da oratória, pureza, clareza, correção, precisão, menos uma coisa — a ideia; Cícero tempestade — verborrágico, por paus e por pedras, precipitando-se pela fluência como escada abaixo [...]; Cícero fraqueza — positivo, indispensável para o encerramento das discussões [...]; Cícero sacerdócio — sacerdotal, solene, orando em trêmulo [...] (POMPEIA, 1981, p. 143-144).



Ou seja, Tobias Barreto pertencia a um circuito linguístico que produzia um discurso contestatório ao modelo tradicional de circulação e produção do saber. Portanto, seus textos eram atos de fala que contribuíam para o fortalecimento desse circuito.

A chamada “geração de 1870” apropriou-se de matrizes europeias introduzindo no Brasil o naturalismo, o evolucionismo e o cientificismo por meio de uma crítica que visava “contribuir para a construção da nacionalidade” (VENTURA, 1991, p. 11). Deste modo, esse movimento anti-romântico tinha como objetivo confrontar um modelo de nação construído sobre a visão literária que predominava no Segundo Reinado que, por sua vez, se apoiava esteticamente na herança retórica que formou a elite letrada do Império do Brasil (SOUZA, 1999).

Esse modelo de identidade nacional tornou-se legítimo e foi institucionalizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (GUIMARÃES, 2007), associação fundada em 1838 com o objetivo de coligir, metodizar, arquivar e publicar documentos para a escrita da história do Brasil. Suas fileiras eram compostas por homens da mais alta estirpe das letras do país, assim como da política. Os membros dessa associação carioca produziam odes e discursos, peças de retórica, pomposas e bem ornamentadas, anualmente, nas sessões magnas de aniversário da instituição, que exaltavam o imperador e fortaleciam um modelo de nação centralizada, pautada nos preceitos monárquicos constitucionais.

Calos Honório Figueiredo, primeiro secretário interino do Instituto em 1876, discursava sobre a fundação da capela imperial por D. João VI, exaltando aquele acontecimento histórico:

foi a arena onde se mostrou com toda a sua pompa o gênio brasileiro. Podemos afirmar com testemunhos valiosos, com todo o orgulho da verdade, que nenhum pregador transatlântico excedeu os oradores brasileiros. A riqueza da dicção reunia-se a pureza de estilo e força da argumentação; e, para que não faltasse uma só beleza, a doçura, a amenidade da expressão, aumentava os encantos e a magia da ação (FIGUEIREDO, 1876, p. 482).

O padre Antonio Vieira, ícone da oratória barroca que deixou marcas indeléveis na cultura letrada luso-brasileira oitocentista, também era louvado por esses eruditos e deveria, portanto, ser lembrado de maneira que fosse possível promover “na mocidade o desejo de cultivar as letras” (DOMINGOS, 2009, p. 168). Sua habilidade com as palavras era cultuada. O padre seiscentista foi citado por Joaquim Norberto de Souza e Silva, já nos últimos dias do Império, como uma voz eloquente da liberdade, potente, principalmente porque proveniente do púlpito: “a colônia, apesar de escrava, tinha tido por três séculos a sua voz eloquente e, o que mais é – voz livre, pois no púlpito – a única tribuna do país, - era dado o estratagemas de certas alegorias; pregava-se à vista de numeroso auditório – aos peixes!” (SILVA, 1886, p. 492).

A eloquência possuía uma função política capaz de unir a nação e pôr fim aos conflitos internos que assolavam o Brasil desde os anos de 1830. Joaquim Manoel de Macedo, autor de *A Moreninha* e orador oficial do IHGB, em seu discurso em homenagem ao sócio falecido Gabriel Rodrigues dos Santos anunciava: “fez-se desde logo notável pela eloquência com que sustentava os princípios liberais [...] a eloquência era nele um dom da natureza, e se ostentava sem esforço, sem pretensões, sem trabalho” (MACEDO, 1930, p. 493).

Como destacou a professora Lucia Maria Paschoal Guimarães, o “bando de ideias novas”, nas palavras de Silvio Romero, que invadiu o Império a partir dos finais dos anos de 1860, “não passou pelas cercanias do Largo do Paço, onde o Instituto se situava” (GUIMARÃES, 2011, p. 152-153). É o próprio Joaquim Norberto de Souza e Silva que nos demonstra esta questão:

A nova geração, transviada das sendas do idealismo, perdida a estrela polar do patriotismo, mal tem dado algumas produções dignas de si, e o realismo, sem o fogo do amor da pátria, falta de inspiração divina, agoniza debatendo-se de encontro às frias barreiras do positivismo – sem alma porque não tem a crença da imortalidade – sem espaço, porque não vê o infinito – sem luz, porque não se inspira de Deus e em Deus (SILVA, 1886, p. 496).

Desta forma, duas linguagens digladiavam-se nesse momento. Tobias Barreto e companhia poderiam optar por uma das duas. No entanto, em termos discursivos vão se colocar arduamente



contrários a tudo aquilo que representava as antigas formas retóricas, formas que acreditavam ser predominantes no meio político e letrado.

Partindo das palavras de um estadista inglês que não menciona o nome, mas que afirmava “se eu não achasse uma oposição, comprá-la-ia”, o erudito sergipano chega a sugerir à oposição “que tem falado, cantado e trinado no nosso parlamento, [...] que valera a pena qualquer ministro comprar e manter, para salvar as aparências, sem correr o mínimo risco de ser derrubado por ela” (BARRETO, 1900, p. 239). Isso porque “ainda não saiu um daqueles discursos, que são outros tantos feitos, como é um feito o comando de um general, ou o seu grito de animação no grosso do combate” (BARRETO, 1900, p. 239).

Se antes essas figuras parlamentares eram vistas como grandes oradores, inclusive não apenas na atividade política, mas em outras atividades, como nas sessões do IHGB e nas produções bibliográficas de grande circulação, Barreto quer comprovar que, agora como membros do parlamento, não passavam de oradores falsos que vomitavam palavras vazias: “Na câmara temporária, onde é de presumir que se manifestem os melhores talentos da espécie, não há um só, entretanto, a quem seriamente se possa conferir o título de um perfeito orador parlamentar” (BARRETO, 1900, p. 239).

É provável que Barreto tenha sido influenciado por sua própria atuação política. Em 1878 fora eleito deputado. Na Assembleia suscitava temas polêmicos para a época, como os direitos das mulheres. Mas no ano seguinte não conseguiu a reeleição. Em 1780, embora tenha sido escolhido para vereador, não exerceu o mandato por ter sido nomeado Juiz Municipal. Os textos que analisamos aqui são exatamente do ano em que não conseguira ganhar o pleito político, o que nos leva a crer que indignado com a situação despeja sua crítica sobre todo o sistema parlamentar.

Embora do mesmo partido, Barreto criticava com maior rigor a oratória parlamentar de Joaquim Nabuco que, como o pai, era um exímio orador de tribuna. A inimizade que existia entre os dois estava no fato de Barreto ser um defensor da República, enquanto que Nabuco tinha certo apreço pela monarquia parlamentar. E de parlamentarismo o autor de *Minha Formação* entendia. Era justamente à eloquência de Nabuco que Barreto direcionava sua crítica capciosa. “O interessante Nabuco”, diz no texto intitulado “O Parlamento de 1879”, “foi o deputado que mais ao sério tomou a palavra”. Em seguida, afirma que “ele cumpriu a risca o seu mandato” e que “ninguém levou-lhe vantagem na mania de falar”, porque a ideia do parlamento é, de fato, a fala, “parlamento: *parlament, parliament, parliamentum, tagarellice, parolagem*” (BARRETO, 1900, p. 243). Barreto ironizava demonstrando a finalidade do parlamento que era, por sua vez, a própria fala, o discurso, para criticar, por conseguinte, a retórica parlamentar como excesso de palavras sem um fim persuasivo:

Mas ainda arrisco-me a redarguir: que faz o moço Joaquim? Discurso e mais discurso? Isto é pouco. Importa saber que impressão produziu, que grande questões foram por ele postas a limpo, e que ideias saídas da sua boca entraram na circulação e constituíram-se outros tantos motores do espírito nacional... Sem isto, um orador é um orador, como um palhaço é um palhaço (BARRETO, 1900, p. 243).

Barreto chega a concluir, como fez em texto em que questionava se havia, de fato uma eloquência parlamentar no Brasil, que Nabuco – agora ele especifica o político – se aproveitava da ignorância popular em relação à política, conhecendo “perfeitamente o gosto da sua época”, isto é, a estima pela oratória, para exercer o seu papel de parlamentar. Assim “se o deputado não falar e não falar muito, é possível que a nação enfasiada também chegue um dia ao ponto de dizer: para que quero um parlamento? E isto seria doloroso. O Sr. Nabuco não se enganou, dando longas ao palavreado” (BARRETO, 1900, p. 244).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A retórica foi usada aqui como chave de leitura para compreender o posicionamento de Tobias Barreto em relação à estrutura política que contestava. Ao condenar a eloquência praticada no Parlamento brasileiro, o erudito atuante exigia que o discurso não fosse uma mera sequência de palavras inebriantes e pomposas, mas ação. Hoje esta questão ficou mais evidente a partir dos estudos de



Austin que destacam que “dizer” é, além de “transmitir ao outro certas informações sobre o objeto de que se fala”, “fazer”, isto é, tentar agir sobre o interlocutor e mesmo sobre o mundo circundante” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2004, p. 72).

Não se critica a retórica em si, mas o mau uso que fazia dela em um cenário em que a oratória era um verdadeiro espetáculo público. Desde Aristóteles entende-se que retórica e política são fenômenos indissociáveis, contudo, se o orador não conseguir fazer com que o ouvinte se dobre aos seus interesses, a atividade retórica não foi efetuada. A eloquência política visa o consenso de uma questão que visa o interesse público. E é justamente a incapacidade de mudar o sistema político do Brasil, de criar um consenso em prol de uma causa por meio da fala, que leva Barreto a questionar se havia de fato uma eloquência parlamentar.

Sem eloquência parlamentar, toda a atividade política não passava de uma farsa, representada por um “mendigo ilustre, que só consome e nada produz” (BARRETO, 1900, p. 247). O republicano acusava de “hediondamente anacrônico o simbólico cetro na mão do imperador”. Contudo, por ironia do destino, morreria em 26 de junho de 1889, poucos meses antes da Proclamação da República. Mas deixou uma grande marca entre os eruditos da *belle époque* tornando-se uma chave na evolução do pensamento filosófico brasileiro que, todavia, teve influência prejudicada na capital porque o grupo que proclamou a República adotou um espírito comtista, corrente filosófica que Barreto criticava.

Referências

BARRETO, Tobias. *Vários Escriptos*. Rio de Janeiro: Laemmert & C.-Editores, 1900.

ALONSO, Angela. Apropriação de ideias no Segundo Reinado. In: KEILA, Grinberg, SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil imperial. 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 83-118.

ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Poética*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, s/d.

ASSIS, Machado de. “O velho senado”. In: COUTINHO, Afrânio (org.). *Obras Completas*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1962. v. 2.

BARTHES, Roland. *A Aventura Semiológica*. Trad: Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. *O Império em Construção: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial*. Tese (Doutorado em História) - Rio de Janeiro, PPGUFRJ/IFCS, 2004.

BLUMENBERG, Hans. *Aproximação antropológica à atualidade da retórica*. História da Historiografia, n. 26, jan-abr, 2018. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1354/725>. Acesso em: 02 jul. 2018.

BOBBIO, Norberto. *Os Intelectuais e a Política: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. Trad: Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Unesp, 1997.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Linguísticas: o que falar quer dizer*. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2008.

CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. *História Intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura*. Topoi, Rio de Janeiro, n. 1, p. 123-152, 2000.

CEZAR, Temístocles. A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o mundo antigo: o caso das origens dos Tupis. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos Sobre Escrita da História*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história, historiografia e nação no Brasil do século XIX. *Diálogos*, DHI/UEM, v. 8, n. 1, p. 11-28, 2004.

CÍCERO, Marco Tulio. Do Orador. In: SCATOLIN, Adriano. *A Invenção no Do Orador de Cícero: um estudo à luz de Ad Familiares I*, v. 9, n. 235. Tese (Doutorado) - São Paulo: USP, 2009.



- COSTA, João Cruz. O pensamento brasileiro sob o Império. In: IGLÉSIAS, Francisco et al. *O Brasil Monárquico: reações e transações*. v. 2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- FIGUEIREDO, Carlos Honório. Relatório do 1º secretário interino. R. IHGB, Rio de Janeiro, Tomo XXXIX, v. 2, Garnier, 1876. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1876t00392c.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2015.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. Trad: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.
- GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Trad: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Cia das Letras, 2005.
- JESUS, Jadson Tavares de. *Tobias Barreto: crítica política e social ao Brasil*. Araucaria, Sevilla, año 15, n 30, segundo semestre de 2013.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. Ato de linguagem. In: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUE-NEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. Trad: Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.
- MEYER, Michel. *Questões de Retórica: linguagem, razão e sedução*. Trad: António Hall. Lisboa: Edições 70, 2007.
- PAIM, ANTONIO. *História das Ideias filosóficas no Brasil*. 2. ed. São Paulo: EdUSP, 1974.
- PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. A realidade como vocação: literatura e experiência nas últimas décadas do império. In: KEILA, Grinberg; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial: 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v. 3.
- PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado de Argumentação: a nova retórica*. Trad: Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão, São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PLANTIN, Christian. *A Argumentação: história, teorias, perspectivas*. São Paulo: Parábola, 2008.
- POMPEIA, Raul. *O Ateneu: crônica de saudades. Introdução, estabelecimento do texto e notas de Afrânio Coutinho & Maria Filgueiras*. Rio de Janeiro: MEC-FENAME / OLAC / Civilização Brasileira, 1981.
- QUINTILIANO, M. Fabio. *Instituições Oratórias*. Tradução Jeronymo Soares Barbosa. Tomo Primeiro, Coimbra: Imprensa Real da Universidade, 1788.
- REBOUL, Olivier. *Introdução à Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- ROMERO, Silvio. *História da Literatura Brasileira*. 5 ed. Rio de Janeiro: Olympio, 1953-4. v. 2.
- SALLES, Ricardo. As águas do Niágara. 1871: crise da escravidão e o ocaso saquarema. In: KEILA, Grinberg; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil imperial: 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 39-82. v. 3.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura Como Missão: tensões sociais e criação cultura na Primeira República*. 2 ed. São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por Uma História Política*. Trad: Dora Rocha. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 231-269.
- SOUZA, Roberto Acízelo de. A retórica no Brasil do século XIX: dos anos de glória à perdição. In: SOUZA, Roberto Acízelo de. *Variações sobre o mesmo tema: ensaios de crítica, história e teoria literárias*. Chapecó, SC: Argos, 2015.
- SOUZA, Roberto Acízelo de. *O Império da Eloquência: retórica e poética do Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.



TODOROV, Tzevtan. *Literatura e Significação*. Trad: Antonio José Massano. Lisboa: Assírio e Alvim, 1973.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações Filosóficas*. 6. ed. Trad. Emmanuel Carneiro Leão. Petrópolis. Vozes, 2009.

